



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO**

FERNANDA YASMIM MANSO DA SILVA

**PANDEMIA DE COVID-19 E INSEGURANÇA ALIMENTAR EM MULHERES
BRASILEIRAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Vitória de Santo Antão/PE

2023

FERNANDA YASMIM MANSO DA SILVA

**PANDEMIA DE COVID-19 E INSEGURANÇA ALIMENTAR EM MULHERES
BRASILEIRAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Graduação em Nutrição do Centro Acadêmico da Vitória da Universidade Federal de Pernambuco em cumprimento ao requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Nutrição, sob orientação da Profa. Juliana Souza Oliveira.

Vitória de Santo Antão/PE

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Fernanda Yasmim Manso da.

Pandemia de Covid-19 e insegurança alimentar em mulheres brasileiras: uma revisão integrativa / Fernanda Yasmim Manso da Silva. - Vitória de Santo Antão, 2023.

37 : il.

Orientador(a): Juliana Souza Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, Nutrição - Bacharelado, 2023.

1. insegurança alimentar. 2. mulheres. 3. pandemia da Covid-19. I. Oliveira, Juliana Souza. (Orientação). II. Título.

610 CDD (22.ed.)

FERNANDA YASMIM MANSO DA SILVA

**PANDEMIA DE COVID-19 E INSEGURANÇA ALIMENTAR EM MULHERES
BRASILEIRAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

TCC apresentado ao Colegiado do Curso de Graduação em Nutrição do Centro Acadêmico da Vitória da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do grau de Bacharel em Nutrição.

Aprovado: 11/05/2023

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Juliana Souza Oliveira

Universidade Federal de Pernambuco

Nutricionista. Mestranda. Verônyky Gomes da Silva

Universidade Federal de Pernambuco

Dr. Thayane dos Santos Trindade Lima

Secretaria de Saúde de Olinda

Dedico ao meu Deus.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meu Deus, Pai e Amigo, por ter me proporcionado a oportunidade de vivenciar um sonho meu, além de ter me dado força, paciência, sabedoria e colo nos momentos bons e difíceis de toda minha trajetória.

Agradeço à minha mãe por ter sido minha maior incentivadora, oferecendo mais do que o apoio necessário em todos os momentos. Agradeço também por todo o esforço, principalmente como mãe solo, amor e dedicação para que hoje eu pudesse estar concluindo a graduação.

Às minhas irmãs, prima, tia e padrasto: Pérola, Manuella, Rafaella, tia Vera e André, por todo apoio e carinho.

Aos meus amigos mais próximos da UFPE, do ensino médio e igreja, por me ajudarem a superar os desafios da vida acadêmica.

À minha orientadora Juliana Souza, pela sua paciência, dedicação e orientação, que foram fundamentais para a elaboração deste trabalho. Agradeço também pela sua disponibilidade e por ter compartilhado seus conhecimentos, que foram essenciais para minha formação profissional.

“O homem coletivo sente a necessidade de lutar.”

(Chico Science)

RESUMO

A pandemia de Covid-19 em 2020, impactou o mundo fortemente. Atividades econômicas e sociais foram interferidas, atingindo com mais intensidade grupos específicos, como as mulheres. Nesse cenário, a insegurança alimentar (IA) também foi evidenciada de forma desigual, afetando mais esse grupo. O objetivo deste estudo foi realizar uma revisão de literatura acerca do impacto da pandemia da Covid-19 na IA em mulheres brasileiras, analisar os fatores que interferem na IA nesse grupo e identificar estratégias feitas para acessar alimentos. O estudo se tratou de uma revisão integrativa da literatura realizada nas seguintes bases de dados: PUBMED (*Publisher Mediline*), SCIELO (*Scientific eletronic Library Online*), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e *Science Direct*. A busca eletrônica foi baseada nos descritores “*Food insecurity*” AND “*Covid-19 pandemic*” AND “*women*”. A pesquisa foi restringida para o período de 2020 a 2023 nos idiomas inglês, espanhol e português. Permaneceram 5 artigos, sendo todos nacionais. Dos quais, dois eram estudos transversais, um de coorte, um descritivo e um qualitativo. Os estudos mostram que a pobreza foi o principal fator para a presença de IA em mulheres, sendo influenciada pelo desemprego, pela responsabilidade financeira por toda família, baixa escolaridade, condições precarizadas das moradias e falta de saneamento básico. Como forma de resistência, as mulheres criaram redes de solidariedade, a fim de fortalecer as comunidades e garantir a alimentação de toda população próxima. Conclui-se que a IA afeta mais as mulheres, principalmente as chefes de família, com baixa renda e escolaridade, em condições precárias de moradia e beneficiárias de programas de transferência de renda. Os principais fatores que impactaram a IA foram a pobreza e o desemprego, que afetaram de forma desproporcional mulheres durante a pandemia.

Palavras-chave: insegurança alimentar; mulheres; pandemia da covid-19.

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic in 2020 impacted the world heavily. Economic and social activities were interfered with, affecting specific groups more intensely, such as women. In this scenario, food insecurity (FI) was also evidenced unevenly, affecting this group more. The objective of this study was to carry out a literature review on the impact of the Covid-19 pandemic on AI in Brazilian women, to analyze the factors that interfere with AI in this group and to identify strategies made to access food. The study was an integrative literature review carried out in the following databases: PUBMED (Publisher Mediline), SCIELO (Scientific electronic Library Online), Virtual Health Library (VHL) and Science Direct. The electronic search was based on the descriptors "Food insecurity" AND "Covid-19 pandemic" AND "women". The search was restricted to the period 2020 to 2023 in English, Spanish and Portuguese. 5 articles remained, all of them national. Of which, two were cross-sectional studies, one cohort, one descriptive and one qualitative. Studies show that poverty was the main factor for the presence of FI in women, being influenced by unemployment, financial responsibility for the whole family, low education, precarious housing conditions and lack of basic sanitation. As a form of resistance, the women created solidarity networks in order to strengthen communities and ensure food for the entire nearby population. It is concluded that AI affects women more, especially the heads of families, with low income and education, in precarious housing conditions and beneficiaries of income transfer programs. The main factors that impacted AI were poverty and unemployment, which disproportionately affected women during the pandemic.

Keywords: food insecurity; women; covid-19 pandemic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Distribuição dos artigos segundo ano de publicação/autores, tipo de estudo, país/idioma, temática e principais resultados	24
Quadro 1 - Distribuição dos artigos segundo ano de publicação/autores, tipo de estudo, país/idioma, temática e principais resultados	26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CASP - Programa de Competências de Avaliação Crítica

CONSEA- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

ESPII - Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional

IA - Insegurança Alimentar

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

II Vigisan - II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Brasil

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MEC - Ministério da educação

OMS - Organização Mundial da Saúde

PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição

SA - Segurança Alimentar

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 OBJETIVOS.....	14
2.1 GERAL:.....	14
2.2 ESPECÍFICOS:.....	14
3 JUSTIFICATIVA.....	15
4 REVISÃO DE LITERATURA.....	16
4.1 A Pandemia de Covid-19 e seus desdobramentos.....	16
4.2 O contexto da mulher contemporânea.....	17
4.3 IA no Brasil e a feminização da fome em tempos de COVID 19.....	18
4.4 Política Nacional de Alimentação e Nutrição e a Segurança Alimentar e Nutricional.....	19
5 MATERIAIS E MÉTODOS.....	22
6 RESULTADOS.....	24
7 DISCUSSÃO.....	28
8 CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 tem impactado fortemente o mundo, desde 2020, como o início de um dos períodos mais complexos historicamente. No começo da pandemia, causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), a doença rapidamente se alastrou, gerando inquietação na população, devido às incertezas que existiam sobre a Covid-19. Em 18 de março de 2020, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), os casos de Covid-19 no mundo já superavam 214 mil (WHO, 2020 apud FREITAS, 2020).

O período pandêmico atingiu negativamente atividades sociais, econômicas, a segurança alimentar e nutricional (SAN), principalmente no que diz respeito à desigualdade e/ou pobreza (MEIRELLES; BURGOS; TELLES, 2021). As vulnerabilidades se intensificaram após a Covid-19, devido à instabilidade no trabalho e nas rendas das famílias, o acesso ao alimento ficou mais restrito devido ao isolamento social, medida sanitária recomendada pelas autoridades de saúde, causando redução na qualidade da alimentação e fome (MOURA; FERREIRA; ALVES, 2021). Por esta razão, medidas relacionadas com a garantia da renda emergencial se tornam prioridade, para a promoção da SAN (JAIME, 2020).

Nesse cenário, instável e abalado, algumas populações foram mais atingidas, ficando ainda mais expostas às vulnerabilidades, principalmente no que se refere à insegurança alimentar (IA) (VIANNA in RAMOS e PAIVA, 2007, apud, SILVA, 2010). Atualmente, grande parte da vulnerabilidade está relacionada às políticas públicas desmontadas, afastamento de organizações sociais (REDE PENSSAN, 2022), e desorganização de políticas sociais, como a aprovação da Emenda Constitucional N° 95, em 15 de dezembro de 2016, estabelecendo o teto de gastos para saúde e educação (BRASIL, 2016).

O acesso ao alimento de maneira adequada é direito de todos (BRASIL, 2010). Os alimentos são essenciais para o funcionamento do organismo, manutenção, promoção de energia e saúde (ALVES; CUNHA, 2020). A falta de uma alimentação adequada caracteriza a IA, que pode ser classificada como leve, moderada ou severa, de acordo com a Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA) (CEZIMBRA; BASTOS; REICHENHEIM, 2022). Assim, a IA pode sofrer influência política, social e econômica. De acordo com a Lei Orgânica de

Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei nº 11.346 de 2006, define a SAN como:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006, p. 1).

Historicamente a mulher tem mais responsabilidade pela alimentação da família, em razão dos papéis tradicionais de gênero e do trabalho desigual. Tal desigualdade foi ainda mais intensificada e evidenciada durante a pandemia, gerando danos psicológicos, sociais e econômicos (LEÃO, 2020 *apud* SCHALL *et al.*, 2022). Antes da pandemia, já havia estudos que mostravam a IA moderada ou grave era mais prevalente em residências chefiadas por mulheres, com cor autorreferida negra (parda ou preta) e com baixa escolaridade (IBGE, 2006). Enquanto durante o período pandêmico, o padrão continuou, as mulheres que eram referências em casa foram mais afetadas pela fome (REDE PENSSAN, 2022).

Desse modo, é necessário identificar o perfil alimentar das mulheres no Brasil, a fim de possibilitar a percepção de fatores políticos, econômicos, sociais e culturais e entender os processos que influenciam na IA e no seu agravo. Sendo assim, o presente estudo propõe realizar uma revisão integrativa de literatura sobre o impacto da pandemia de Covid-19 na IA em mulheres brasileiras.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL:

Realizar uma revisão integrativa de literatura sobre o impacto da pandemia de Covid-19 na IA em mulheres brasileiras.

2.2 ESPECÍFICOS:

- Verificar a produção científica sobre a IA em tempos de Covid-19 em mulheres do Brasil;
- Analisar fatores que interferem na IA em mulheres;
- Identificar as estratégias feitas para acesso aos alimentos.

3 JUSTIFICATIVA

O acesso à alimentação é direito de todos os brasileiros, de acordo com a Emenda Constitucional nº 64, no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2010), e em razão disso, a compreensão a respeito da SAN é essencial para que haja mudança não apenas, mas sobretudo no atual cenário de IA no país. Por consequência, é imprescindível a mensuração da gravidade e das interferências após o início da pandemia, que impactaram o acesso à alimentação de qualidade, visto que ocorreram diversas mudanças para a população, principalmente economicamente. É possível observar na literatura estudos que retratam a IA no período pandêmico em mulheres. Este estudo pretende reunir artigos sobre o tema, para que essa situação entre as mulheres seja vista de forma aprofundada.

Destaca-se, então, que por meio da revisão será possível identificar o impacto da pandemia da Covid 19 na IA de mulheres brasileiras, colaborando para que com a investigação das informações publicadas com essa temática, seja possível entender e propor estratégias a fim de minimizar o problema do cenário de IA em mulheres no país.

4 REVISÃO DE LITERATURA

4.1 A Pandemia de Covid-19 e seus desdobramentos

A OMS declarou como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), no dia 30 de janeiro de 2020, o surto de coronavírus, e já em 11 de março do mesmo ano, a Covid-19 era considerada uma pandemia (LIMA; RODRIGUES; DELDUQUE, 2022). Até março de 2023, no Brasil, o número de casos somados desde o início da pandemia era de 37.145.514, e o de óbitos pela Covid-19 chegou a 699.634 (BRASIL, 2023).

O vírus, que inicialmente foi nomeado como 2019-nCov, e depois passou a ser SARS-Cov-2, pelo Comitê Internacional de Taxonomia (CHEN; LIU; GUO, 2020), tem padrões de grande instabilidade e propagação, e exigiu das políticas públicas grandes desafios, como a viabilização de maior acesso aos sistemas de saúde (COUTO; BARBIERI; MATOS, 2021). O avanço da pandemia foi rapidamente evidenciado, devido a sua elevada capacidade de reprodução. Desse modo, durante os primeiros meses de pandemia no Brasil, ocorreu o isolamento social, em que as pessoas não podiam sair de suas residências, para que o vírus não fosse propagado. Houve também a quarentena de 14 dias para pessoas com suspeita de estarem infectadas, correspondendo ao tempo de incubação do vírus (OLIVEIRA, 2020 apud PEREIRA, 2020). O isolamento da população acarretou danos à saúde mental, como estresse, ansiedade e depressão (PEREIRA *et al.*, 2020).

No Brasil, ocorreram três ondas de óbitos relacionados à Covid-19. Durante a primeira onda, cerca de 7,677 mortes ocorreram por semana, entre 23 de fevereiro a 25 de julho de 2020. Na segunda onda, que aconteceu entre 8 de novembro de 2020 e 10 de abril de 2021, foram registrados números bem mais elevados de óbitos, chegando a cerca de 21.141 em uma semana. A terceira onda sucedeu entre 26 de dezembro de 2021 a 21 de maio de 2022, um período mais curto em relação às outras ondas, além de menos mortes, estando entre 6.246 no total (MOURA *et al.*, 2022).

A situação do Brasil durante a pandemia manifestou diversas vulnerabilidades. Além disso, as condições psicológicas também foram impactadas em diversas pessoas, de ambos os sexos. De acordo com estudos, o

medo de ser infectado, propiciou sintomas de ansiedade, estresse, depressão e raiva (SCHMIDT *et al.* 2020). Entretanto, de acordo com Campos *et al.* (2023) as mulheres foram mais propensas a apresentarem alterações psicológicas.

O controle dos casos de Covid-19 ocorreu através de algumas ferramentas: a testagem de grande número de pessoas com sintomas; o incentivo à quarentena de pessoas infectadas pelo vírus; a qualificação dos profissionais de saúde e o fomento da proteção desses. Além dessas estratégias, a vacinação da população ainda é essencial para o controle da Covid-19, sendo uma política pública fundamental e de menor custo-benefício, para controle do vírus (LIMA; RODRIGUES; DELDUQUE, 2022). Cada país teve a garantia de produzir sua vacina. Desse modo, a acessibilidade se tornou maior, visto que a necessidade mundial era grande (XAVIER *et al.* 2022).

4.2 O contexto da mulher contemporânea

A mulher contemporânea é sobrecarregada de afazeres executados regularmente. Tal sobrecarga, causa grandes danos na qualidade de vida e na saúde. A mulher é constantemente submetida a extensas jornadas de trabalho, juntamente à ocupações domésticas, que dificultam a possibilidade de realizar atividades de autocuidado, lazer e descanso. Assim, o estresse e danos nos aspectos físicos e psicossociais podem ser gerados (HOLDEN *et al.*, 2012; OLIVEIRA *et al.*, 2012). Também, a desigualdade de gênero em diversas questões como na obrigação de realizar tarefas domésticas, salários inferiores e vulnerabilidade à violência de gênero, tornam a mulher mais sensível social, mental e fisicamente (PIOSIADLO; FONSECA; GESSNER, 2014).

As mulheres negras sofrem questões ainda mais intensas, visto que existe um passado histórico, uma vez que, na colonização eram submetidas a condições precárias, nos campos, cozinha, como amas, costureiras, lavadeiras, criadas e designadas como objetos sexuais. Tal história impacta a vida da mulher negra contemporânea, suscetível não apenas aos problemas da mulher, mas também ao racismo (FREITAS; SANTOS; JACINTO, 2022).

Os sentimentos negativos em relação a autoimagem, a fase de climatério, problemas relacionados às condições crônicas e na autopercepção do estado de saúde, podem afetar o conforto e saúde da mulher (HOMANN *et al.*, 2012;

MIRANDA; FERREIRA; CORRENTE, 2014). Desse modo, fatores relacionados à saúde e socioeconômico, interferem na qualidade de vida das mulheres. Por isso, faz-se necessário o reconhecimento das questões relacionadas à vida da mulher, para que ocorra a promoção da saúde por meio de políticas públicas voltadas para o grupo (CAZELLA *et al.*, 2019).

4.3 IA no Brasil e a feminização da fome em tempos de COVID 19

No Brasil, estudos realizados indicam que a IA é elevada, até abril de 2022 apenas 41,3% das residências estavam em segurança alimentar (SA). De acordo com o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Brasil (II Vigisan), 28,0% não tinha certeza quanto ao acesso aos alimentos, estando em IA leve; 30,1% apresentavam limitação aos alimentos, sendo destes, 15,5% em situação de fome, com IA grave. Dessa forma, nacionalmente mais de 33 milhões de brasileiros convivem com a fome (IA grave). E, no Nordeste, a IA de leve à grave, alcançava 68,0% das residências. Além disso, a fome faz parte de 43% da população com renda de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, atingindo principalmente famílias em que mulheres são chefes da casa, e/ou pessoas pretas ou pardas (REDE PENSSAN, 2022), em vulnerabilidade social e econômica, como é o caso de grande parte dos indivíduos nas periferias.

No ano de 2021 houve um recorde de pessoas sem dinheiro para comprar alimentos para o próprio consumo ou da família, visto que no ano de 2019, a porcentagem dessa população era de 30%, subindo para 36% em 2021, número mais elevado desde 2006. Além disso, no segundo ano da pandemia, foi evidenciado um aumento de 22% na situação de IA entre os brasileiros que fazem parte dos 20% mais pobres do país, em comparação com o ano de 2019. Por outro lado, houve uma queda de 3% na IA da população que faz parte dos 20% mais ricos do Brasil. A renda é importante no que se refere à IA da população (FGV, 2022), e as taxas de pobreza são mais elevadas em mulheres, que grande parte possui uma remuneração mais baixa, menos possibilidade de adquirir benefícios previdenciários, além de constituírem grande parte do mercado informal de trabalho (OECD, 2020).

A IA atingiu todos, mas de forma desigual, quando se compara homens e mulheres. Os dados de 2019 a 2021 apontam que ocorreu um aumento de 14

pontos percentuais entre as mulheres, sendo de 33% para 47%. Quanto aos homens, no mesmo período, ocorreu o contrário, sendo observada uma queda, de 27% para 26%. A faixa etária de mulheres mais atingida é de 30 a 49 anos, estando elas, grande parte das vezes, em maior contato com crianças, interferindo assim no futuro das mesmas, podendo impactar de forma negativa na nutrição infantil e gerando danos irreversíveis de forma física e mental, afetando também o futuro do Brasil (FGV, 2022). Tal desigualdade pode estar relacionada à diferença de rendimentos entre os gêneros masculino e feminino, além de outros fatores (REDE PENSSAN, 2022).

A SA, de acordo com o II Vigisan, foi identificada em apenas 37,0% das residências em que mulheres eram responsáveis, sendo então 63% das famílias com chefes do sexo feminino, em IA, em que destes, 18,8% estavam em situação de fome (REDE PENSSAN, 2022).

4.4 Política Nacional de Alimentação e Nutrição e a Segurança Alimentar e Nutricional

A promoção da saúde ultrapassa escolhas e práticas individuais, sendo impactada por diversos fatores. Todas as ações governamentais, como na educação, transporte, habitação, finanças e outros, podem interferir na saúde. Aspectos sociais e econômicos formam a base para garantia da adesão de hábitos saudáveis. Nesse sentido, a OMS, disseminou em 2013, por meio da 8ª Conferência Mundial de Promoção da Saúde, a abordagem Saúde em Todas as Políticas (*Health in All Policies*), em que ocorre maior capilaridade entre diversos setores, a fim de expandir o bem-estar dos indivíduos, assim como a equidade e garantia da saúde (BRASIL, 2020).

Nesse sentido, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), aprovada no ano de 1999 e atualizada em 2011 pela Portaria nº 2.71 (BRASIL, 2011), reúne diversas políticas públicas, integrando esforços do Estado, para ofertar, promover, proteger e respeitar os direitos humanos à saúde e à alimentação (BRASIL, 2013). A PNAN tem o propósito promover melhores condições de alimentação, nutrição e saúde, através de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a

prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição, e vigilância alimentar (BRASIL, 2013).

A primeira versão da Política teve o objetivo de assegurar a qualidade, qualidade dos alimentos que eram consumidos no Brasil, além da promoção de hábitos alimentares saudáveis, prevenção e controle das doenças relacionadas à nutrição. Então, a PNAN passa a trazer a saúde para o enredo intersetorial (BRASIL, 2013)

Entre os anos de 1999 e 2011, a população no Brasil sofreu diversas mudanças políticas e socioeconômicas. As ações da sociedade civil e dos governos no que se refere à SAN, aconteciam com mais frequência em 2003 (SANTOS *et al.*, 2021). Assim, em 2006, foi sancionada a Lei N° 11.346, a LOSAN, que definiu o conceito de SAN, como a concretização do direito da população brasileira à aquisição de alimentos de forma regular e permanente, em qualidade e quantidade adequadas, de forma que outras necessidades essenciais não sejam afetadas, tendo como base bons hábitos de saúde, de modo que respeitem a cultura, economia, o social, e ambiental, de maneiras sustentáveis. Quanto a Soberania Alimentar, diz respeito ao direito da população de escolher seu sistema alimentar, além de gerar alimentos saudáveis, que sejam acessíveis e respeitem o que a SAN propõe, visando uma forma sustentável e ecológica de produção, distribuição e consumo de alimentos (SOUZA *et al.*, 2021; BRASIL, 2013).

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional CONSEA, restabelecido em 2003, pela Lei n° 10.683, surgiu com para auxiliar na articulação, intersetorialidade, descentralização e participação social. Entretanto, pela Medida provisória n° 870/2019, o CONSEA foi extinto. Tal medida impactou negativamente o país (NATARELLI, 2022). Contudo, em 1° de janeiro de 2023, a MP 1.154 é editada e ocorre o restabelecimento do CONSEA. O órgão é de assessoramento imediato ao Presidente da República (BRASIL, 2021). Com o CONSEA é possível de forma institucional monitorar e avaliar políticas públicas de SAN, para impulsionar o DHAA (OLIVEIRA; CARVALHO, 2020).

Assim, a partir dos princípios da LOSAN, foi criado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (BRASIL, 2006). Além disso, a LOSAN reforça o direito à alimentação adequada como direito fundamental e dever do Estado. Nesse sentido, ocorreu em 2010 a inclusão na Constituição Federal, do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (BRASIL, 2010).

A Política Nacional de Atenção Básica e a Política Nacional de Promoção à Saúde, possuem diretrizes que agregam aos princípios da PNAN, no que se refere à SAN (BRASIL, 2013). A PNAN segue os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) (universalidade, integralidade, equidade, descentralização, regionalização e hierarquização e participação popular). Assim, o respeito à diversidade e à cultura alimentar; o fortalecimento da autonomia; determinação social e a natureza interdisciplinar e intersetorial da alimentação e nutrição; e a SAN com soberania, são princípios dela (BRASIL, 2013).

5 MATERIAIS E MÉTODOS

Realizou-se uma revisão integrativa da literatura científica, a qual teve como objetivo reunir e sintetizar artigos científicos sobre a pandemia da Covid-19 na IA em mulheres brasileiras. A revisão integrativa tem como finalidade agrupar e sintetizar pesquisas de um determinado fenômeno, de modo que viabilize o aprofundamento do conhecimento do tema (MENDES, 2008).

A elaboração desta pesquisa ocorreu com as seguintes etapas metodológicas: formulação da pergunta norteadora; determinação de critérios de inclusão e exclusão dos artigos; seleção dos descritores para busca dos artigos; análise dos estudos pré-selecionados; interpretação e discussão dos resultados obtidos e apresentação da revisão (MENDES, 2008).

A coleta de dados ocorreu durante o mês de abril de 2023, tendo como pergunta norteadora para pesquisa: “Quais as evidências científicas publicadas nos últimos três anos que identificaram IA em mulheres brasileiras no período de pandemia da Covid-19?”.

A etapa seguinte consistiu na busca e seleção dos artigos científicos publicados no período de março de 2020 a abril de 2023, nos idiomas inglês, espanhol e português, publicados nas bases de dados disponibilizadas no portal de periódicos Capes/MEC (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Ministério da educação): Pubmed (Publisher Mediline), Scielo (Scientific electronic Library Online), Science Direct e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

Os critérios de inclusão determinados para elegibilidade dos artigos científicos foram: artigos originais que evidenciaram a IA em mulheres brasileiras no período de pandemia da Covid-19 no Brasil; respondem à pergunta norteadora; Estudos escritos nos idiomas inglês, português e espanhol; artigos disponíveis eletronicamente na íntegra e de forma gratuita; ter periodicidade dos últimos três anos (março de 2020 a abril de 2023). Os critérios de exclusão foram: artigos incompletos e repetidos nas bases de dados; artigos fora do período delimitado; artigos de revisão, dissertações, teses, editoriais de jornais sem caráter científico; e artigos sem aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

A busca dos artigos ocorreu através das palavras-chaves identificadas nos Descritores em Ciências da Saúde/Medical Subject Headings (DeCS/MeSH):

“Food *insecurity*” AND “Covid-19 *pandemic*” AND “*women*”. Para ampliar os resultados e atingir os objetivos propostos na pesquisa, utilizou-se o operador booleano “*and*” que funciona como a palavra “e”, para fornecer a intercessão, e mostrar apenas artigos que continham todos os descritores citados, restringindo a dimensão da pesquisa. Posto isso, foram encontrados 630 artigos (Pubmed= 169, BVS= 42, Scielo= 4, Science Direct= 415).

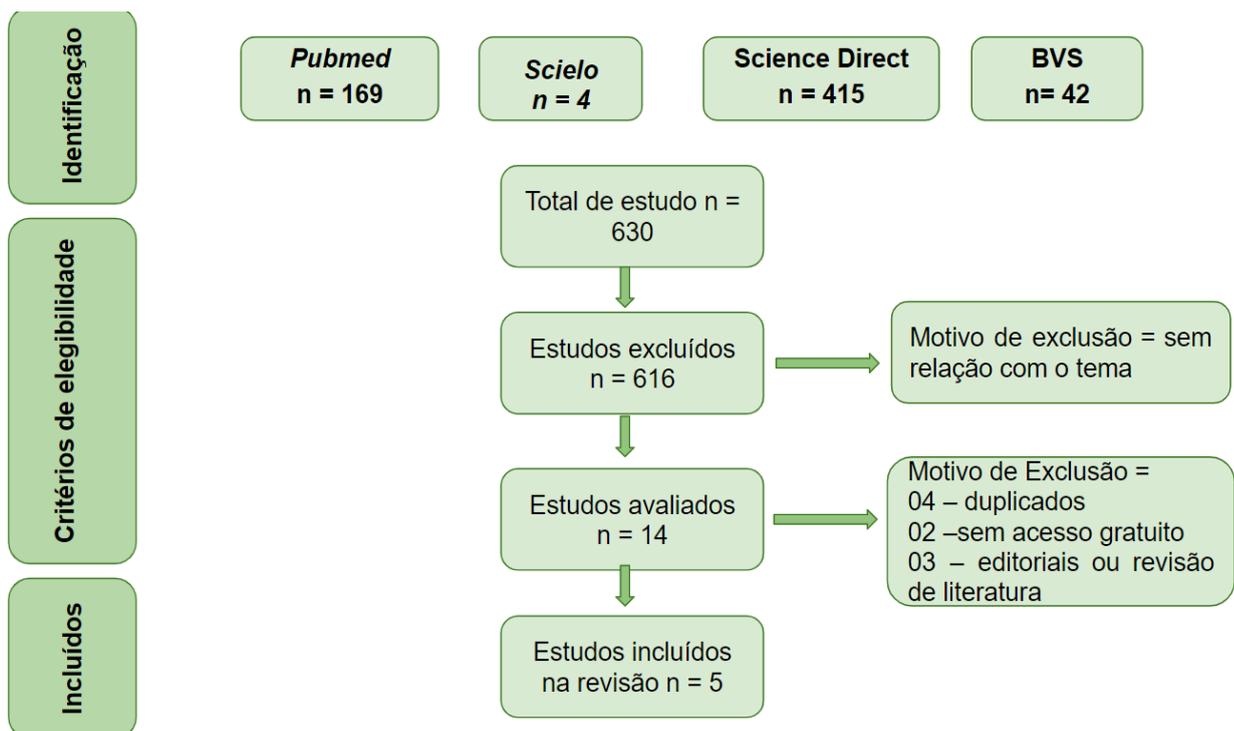
Os artigos foram selecionados com base na leitura dos títulos e resumos, levando em consideração os critérios de inclusão e exclusão. Logo após, ocorreu a leitura dos artigos selecionados de forma completa para verificar a metodologia de todos.

Por fim, para que os artigos fossem analisados de maneira mais criteriosa, considerando a metodologia e os dados apresentados, foi utilizado o *Critical Appraisal Skills Programme* (CASP) — Programa de habilidades em leitura crítica, integrante do “*Public Health Resource Unit*” (PHRU) (MILTON, 2002). A ferramenta possui seções com perguntas que auxiliam na identificação da qualidade metodológica e consistência dos artigos, sendo elas: O estudo abordou uma questão claramente focada? a metodologia é apropriada? Os dados foram coletados de forma a abordar a questão da pesquisa? As questões éticas foram levadas em consideração? O acompanhamento dos participantes foi suficiente? A análise dos dados foi suficientemente rigorosa? Quais são os resultados deste estudo? Você acredita nos resultados? Quais são as implicações deste estudo para a prática? Existe uma declaração compreensível das conclusões? Após a conclusão da avaliação desse recurso, restaram cinco artigos para análise.

6 RESULTADOS

Foram identificados 630 artigos após a realização dos cruzamentos dos descritores. Desses, 14 passaram na pré-seleção após a leitura dos títulos e resumos, dos quais 4 estavam duplicados, 3 eram editoriais ou revisão de literatura e 2 sem acesso gratuito. Assim, 5 artigos foram selecionados para leitura na íntegra, de forma que aplicando os critérios de inclusão e exclusão chegou na amostra final de 5 artigos. A Figura 1 apresenta o fluxograma com os resultados, de acordo com as etapas de busca dos artigos, bem como as causas da exclusão das pesquisas.

Figura 1. Distribuição dos artigos segundo ano de publicação/autores, tipo de estudo, país/idioma, temática e principais resultados.



Fonte: Autora (2023)

Na base de dados Scielo foram encontrados três artigos que atenderam aos critérios de inclusão deste estudo, ambos publicados em português em 2021, 2022 e 2023. Na Pubmed, foram selecionados dois artigos, ambos publicados em inglês, em 2020 e 2023. Em relação à origem das publicações, todos são

brasileiros. Quanto ao desenho metodológico, dois são estudo transversal, um qualitativo, um descritivo e um estudo de coorte, como demonstrado no quadro 1.

Poucos estudos sobre a IA em mulheres no período pandêmico foram encontrados. O estudo transversal de Silva-Neto *et al.* (2023), entrevistou mulheres de aglomerados subnormais na capital de Alagoas para investigar a prevalência de IA. Assim como o de Manfrinato *et al.* (2020), também transversal, que realizou entrevistas com a população de duas comunidades de São Paulo, para avaliar a prevalência de IA; O artigo Farías-Antúnez *et al.* (2023) de coorte, realizou entrevistas com famílias que tiveram filhos durante a pandemia para verificar a prevalência da IA neste grupo; a pesquisa de Neves *et al.* (2021) foi realizada através de dados do IBGE e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para avaliar a fome no Brasil. Por fim, no estudo Schall *et al.* (2022), foram selecionados dois territórios com população de baixa renda para verificar as experiências das mulheres em relação à fome no período pandêmico.

Os períodos de realização de cada pesquisa variaram. No estudo de Silva-Neto *et al.* (2023), as entrevistas ocorreram entre novembro de 2020 e março de 2021; as de Manfrinato *et al.*, (2020), os questionários foram aplicados entre março e junho de 2020; na de Farías-Antúnez *et al.* (2023), as coletas foram realizadas entre julho e outubro de 2021 e entre fevereiro e março de 2022. Já no estudo de Neves *et al.* (2021) utilizaram dados de 2020; e no estudo de Schall *et al.* (2022), as entrevistas ocorreram entre março e agosto de 2021.

Os principais resultados dos estudos apontam que a IA (leve, moderada ou grave) estava presente em uma grande parcela da população, sendo mais presente em mulheres, principalmente as que são chefes de família, bem como a população do Norte e Nordeste do país. Também, existem fatores que são mais comuns no público que experimentou a IA, como a baixa escolaridade e renda, moradias em condições precárias, falta de saneamento básico e recebimento de auxílios do governo. Ademais, para superar a IA, essas pessoas construíram redes de apoio e solidariedade, a fim de compartilhar e receber alimentos.

Quadro 1. Distribuição dos artigos segundo ano de publicação/autores, tipo de estudo, país/idioma, temática e principais resultados.

N ^o	Ano de Publicação/ Autores	Base de Dados	Periódico	Tipo de Estudo	País/ Idioma	Temática	Principais Resultados
1	2020/ Manfrinato et al	Pubmed	Public Health Nutrition	Transversal	Brasil/Inglês	Analisou a ocorrência de IA moderada e grave em periferias na cidade de São Paulo durante as fases iniciais da política de isolamento social.	A IA foi associada à baixa renda, condições precárias de moradia, ser beneficiário do Bolsa Família e ter baixa escolaridade. Durante a pandemia de COVID-19, 47% dos participantes do estudo experimentaram IA moderado ou grave.
2	2023/ Farias-Antúnez et al	Pubmed	J Health Popul Nutr	Coorte	Brasil/Inglês	Avaliou a prevalência de IA em famílias com crianças nascidas durante a pandemia de COVID-19, e identificou os fatores associados em Fortaleza/CE.	O estudo mostrou que a falta de dinheiro foi o principal fator associado à IA, assim como domicílios chefiados por mães, a baixa escolaridade materna, mães solteiras, famílias com maior número de filhos, mais de dois residentes no domicílio e as que não receberam o auxílio emergencial tiveram maior chance de experimentar a IA.
3	2021/ Neves et al	SciELO	Revista de Nutrição	Descritivo	Brasil/Inglês	Identificou os impactos da pandemia de Covid-19 sobre o desemprego, a pobreza e a fome no Brasil. Foram utilizados dados coletados em sistemas de informação supervisionados, pesquisas publicadas por órgãos públicos, artigos científicos e portais de notícias.	Os principais resultados mostram que a pandemia de Covid-19 agravou a situação de desemprego, pobreza e fome no Brasil. As mulheres foram mais suscetíveis a essas situações, principalmente aquelas das regiões Norte e Nordeste do país.
4	2022/ Schall et al	SciELO	Ciência & Saúde Coletiva	Qualitativo	Brasil/Português	Investigou as vivências de mulheres que enfrentaram IA durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, considerando as	O estudo apontou que a pandemia agravou a situação de IA para as mulheres, especialmente para aquelas que já viviam em condições de vulnerabilidade social. As

						perspectivas de gênero e vulnerabilidade socioeconômica	mulheres resistiam em acessar alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, tendo que lidar com a alta de preços, a falta de dinheiro e a diminuição das doações.
5	2023/ Silva-Neto et al	Scielo	Ciência & Saúde Coletiva	Transversal	Brasil/Português	Analisou a ocorrência de IA em meio à pandemia de Covid-19, bem como verificou a relação entre essa questão e o Auxílio Emergencial, programa de transferência de renda, e o recebimento de doações de alimentos por indivíduos em situação de vulnerabilidade social.	O artigo teve como resultado que mulheres, chefes de família, pessoas com baixa escolaridade e sem emprego formal tinham maior probabilidade de vivenciar a IA . Aquelas que receberam o auxílio emergencial e/ou doações de alimentos tiveram menor probabilidade de experimentar IA em comparação com aqueles que não receberam esses recursos.

Fonte: Autora (2023)

7 DISCUSSÃO

A IA na perspectiva de gênero no nosso contexto é um tema escasso no campo científico. No período pandêmico, embora destacado o protagonismo feminino no cenário afetado pela IA, como enfatizado em todos os artigos, verifica-se um número reduzido de estudos sobre a temática.

Nessa perspectiva, a problemática da fome e sua superação é extremamente importante para o desenvolvimento das populações. Segundo Josué de Castro (1954), a fome é consequência de decisões políticas, de acordo com as suas ambições econômicas. Desse modo, os estudos analisados neste trabalho não se restringem à investigação e apresentação de dados sobre a IA, mas apresentam possíveis causas para o quadro, no período pandêmico, e as formas utilizadas pelas mulheres para lidar com a IA, sobretudo em sua forma mais severa, a fome. Preliminarmente, destaca-se que os estudos de linha metodológica transversal foram realizados em diferentes regiões do país. No estudo de Silva-Neto *et al.* (2023), realizado em aglomerados subnormais, em Maceió/AL, apenas mulheres foram entrevistadas, mesmo aquelas que não eram chefes de família, sendo encontrada uma prevalência de 24,0% de IA moderada nas residências da população estudada, considerando também a IA leve o valor chegou a 71,0%.

Enquanto que, no estudo de Manfrinato *et al.* (2020), realizado em duas comunidades de São Paulo/SP, não houve restrição quanto ao sexo dos participantes, mas 88,0% das residências avaliadas eram constituídas por mulheres, chefes de família. Foi apontada uma alta prevalência da IA em toda população avaliada, onde 56,0% das pessoas estudadas experimentaram as condições de IA moderada ou grave.

Ambos os estudos (MANFRINATO *et al.*, 2020; SILVA-NETO *et al.*, 2023) foram realizados em comunidades com condições precarizadas, mas a IA se manifestou em níveis diferentes. As mulheres, principalmente as chefes de família, foram as mais atingidas, o que demonstra sofrerem com o aumento do desemprego e com a queda do desenvolvimento econômico, desvelado com a pandemia de Covid-19 (SOUSA; DITTERICH; MELGAR-QUINÓNEZ, 2021).

Nessa linha, o artigo de Farías-Antúnez *et al.* (2023), com metodologia de coorte, avaliou a prevalência de IA em dois períodos, acompanhando famílias que tiveram filhos nascidos no contexto pandêmico, em 12 e 18 meses após o

nascimento da criança. Os dados obtidos, diferem dos resultados dos outros artigos trazidos nesta revisão, uma vez que no segundo momento de avaliação a prevalência de IA diminuiu, passando de 66,5% para 57,1% entre a primeira e segunda coleta. A pesquisa indica, assim como os outros trabalhos, que domicílios chefiados por mães, com baixa renda e escolaridade foram mais atingidos pela IA. De modo parecido, no estudo de Neves *et al.* (2021), a IA no Brasil aumentou no período pandêmico, principalmente para pessoas com até ¼ do salário mínimo per capita, estando as mulheres entre as mais afetadas em relação a baixa renda.

Quanto à pesquisa executada por Schall *et al.* (2022), mostrou através do relato de experiências vividas no período pandêmico por mulheres, que residiam em comunidades quilombolas e aglomerados urbanos, em São Paulo e Minas Gerais, que a maioria delas sofreu fome parcial, principalmente as mulheres negras. Além disso havia também as que apresentaram fome oculta, em que seus alimentos não eram adequados nutricionalmente, mas que era mascarado pelo ganho de peso, tendo como base da alimentação, os produtos ultraprocessados, ricos e carboidratos simples e gorduras. Dessa forma, assim como o estudo de Neves *et al.* (2021), o de Schall *et al.* (2022), indicou que a renda das mulheres era baixa, interferindo na alimentação de qualidade.

Neves *et al.* (2021) traz a pobreza como influência para a IA. Segundo seus dados, o desemprego atingiu mais as mulheres em 2020, do que os homens. Além disso, em março do mesmo ano, houve um corte de 158.452 pessoas do Programa Bolsa Família (PBF), sendo as mulheres as maiores beneficiárias e conseqüentemente as mais suscetíveis à IA. No mesmo sentido, Manfrinato *et al.* (2020) relatam que um quinto dos participantes faziam parte do PBF e 88,0% eram mulheres faxineiras, auxiliares de cozinha ou em serviços de vendas. E Silva-Neto *et al.* (2023) demonstraram que 71,0% das mulheres estavam desempregadas. Nesse sentido, verifica-se que há uma forte relação da pobreza com a IA, como fator importante, impactado pelo mercado de trabalho (FARÍAS-ANTÚNEZ *et al.*, 2023).

Por outro lado, Farías-Antúnez *et al.* (2023) atribuíram também que a pandemia de Covid-19, pode ter se relacionado com a IA, devido aos problemas de abastecimento e disponibilidade de alimentos, por conta das adversidades na produção deles. Em contrapartida, de acordo com Josué de Castro (1954), a fome

não é um problema de poupança de alimentos, mas sim de acesso a eles.

O estudo de Schall et al (2022) corrobora com os postulados de Josué de Castro (1954), uma vez que mulheres produtoras de alimentos na zona rural eram afetadas pela falta deles. Do mesmo modo, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 2020, o Brasil foi um dos maiores produtores e exportadores de carne bovina, galináceos, carne suína e grãos do mundo (EMBRAPA, 2021). A pandemia de fato interferiu na produção de pequenos agricultores, mas não cessou a produção de alimentos em todo Brasil, reforçando que a fome não foi causada pelo déficit na produção.

A baixa escolaridade foi um fator comum entre participantes que experimentaram a IA em diversos estudos desta revisão (MANFRINATO, 2020; SILVA-NETO 2023; FARÍAS-ANTÚNEZ *et al.*, 2023). Mães solteiras e famílias com maior quantidade de filhos, para Farías-Antúnez *et al.* (2023), tiveram mais chances de experimentar a IA. Enquanto que a alta dos preços dos alimentos, a falta de água potável e o desemprego foram apontados como situações impactantes na IA das mulheres do estudo Schall et al (2022).

De modo semelhante, Josué de Castro (1954) relatou também motivos da IA, como algo além da falta de comida, baixa escolaridade, trabalho e oportunidades. Assim, a fome é causada por um conjunto de fatores socioeconômicos que impedem, parcialmente ou não, o acesso às necessidades básicas necessárias para uma vida digna.

No que tange à renda, o Governo Federal disponibilizou o Auxílio Emergencial para desempregados e autônomos durante a pandemia. Porém, de acordo com Schall et al (2022), a falta de agilidade do Governo Federal para tomar decisões que assegurem a sobrevivência da população em meio a pandemia, foi expressada pelas mulheres com insatisfação, tendo em vista que a fome não espera e por mais que o Auxílio Emergencial fosse insuficiente para suprir as necessidades em sua totalidade, era necessário, pois ainda se tratava de uma fonte de renda (CORREIA *et al.*, 2020).

De igual modo, Schall et al (2022) e Neves *et al.* (2021), ao sugerirem que o aumento da fome durante a pandemia se deu pela incapacidade do governo de criar políticas sociais e econômicas. Apesar disso, segundo o estudo de Asano (2020), a situação no período de pandemia não ocorreu pela incapacidade do

governo federal, mas sim por decisões intencionais. O fato da negação da existência da fome no Brasil pelo governo, corrobora essa ideia (SALOMÃO, 2019).

Ainda, segundo o estudo Neves *et al.* (2021), a extinção do CONSEA foi impactante, principalmente no período pandêmico, visto que o conselho é essencial para a garantia da SAN através da criação de estratégias para garantir o DHAA, sendo também fator fundamental para a administração e implementação das políticas voltadas para o combate à IA no Brasil (MELITO, 2020).

Nessa linha, as redes de solidariedade foram essenciais para a sobrevivência e resistência à IA das mulheres durante a pandemia. O recebimento ou compartilhamento de doações de alimentos no estudo de Schall *et al.* (2022), foi de 65,3%, sendo feitas entre as mulheres, pelos governos estadual ou municipal, e também por meio de parcerias para viabilizar a rede. No estudo de Silva-Neto *et al.* (2023), 58,4% das famílias receberam doações. O fato da maior parcela ser de pessoas que precisam recorrer ou criar redes de solidariedade, ser constituída por mulheres, demonstra que a fome tem gênero, assim retratado na II Vigisan (2022), além de que no nível social havia algum desserviço no Brasil (NICOLI, 2022).

Assim, entre os estudos observados, destacam-se dois fatores preponderantes: a pobreza e o desemprego, fatores que impactaram a IA e afetaram de forma desproporcional mulheres durante a pandemia. Desse modo, os estudos demonstram que é essencial a adoção de políticas públicas mais efetivas para combater a fome no Brasil, especialmente para proteger o gênero feminino das consequências da pandemia.

8 CONCLUSÃO

Ao investigar o impacto da pandemia de Covid-19 na IA em mulheres brasileiras, bem como os fatores que interferem no caso e as formas de resistência utilizadas, percebe-se que a IA afeta mais as mulheres, especialmente as chefes de família, com baixa renda e escolaridade, em condições precárias de moradia e beneficiários de programas de transferência de renda.

A pobreza é o principal fator desse quadro, e a pandemia da Covid-19 intensificou problemas já existentes, relacionados à renda, como desemprego ou empregos informais, prejudicando o poder de compra de alimentos. Como modo de resistência, as mulheres participaram de redes de solidariedade, nas quais puderam doar e receber alimentos, bem como realizar parcerias com empresas privadas a fim de aumentar a quantidade de alimentos para distribuição.

Ademais, são necessários mais estudos focados em mulheres que vivem a IA. Esta revisão aponta problemas que acentuaram a fome no período pandêmico, mas que já acompanhavam mulheres antes desse momento. Sendo assim, é fundamental a realização de pesquisas em torno dos problemas que levam a IA.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Hayeska Costa; GAMA, Mariah Sá Barreto. A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do covid-19 para as mulheres no brasil. **Revista do Ceam**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 1-11, jul. 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal para introduzir a alimentação como direito social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 fev. 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 18 set. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Atualiza a **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2715_17_11_2011.html. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 04 mar 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigilância em Saúde no Contexto da Pandemia de COVID-19 - Relatório II - 2022**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf. Acesso em: 15 mar 2023.

CAMPOS, Luís Antônio Monteiro *et al.* Pandemia da Covid 19 e aderência às vacinas. **Revista Valore**, Volta Redonda, v. 8, n. 3, p. 1-17, mar. 2023.

CAZELLA, Larissa Giovanna *et al.* Qualidade de vida de mulheres e as características sociodemográficas associadas. **Enfermagem em Foco**, Brasília, v. 10, n. 3, p. 1-3, nov. 2019.

CEZIMBRA, Vanessa Guimarães; BASTOS, João Luiz; REICHENHEIM, Michael. Iniquidades em insegurança alimentar: considerações sobre a comparabilidade entre grupos interseccionais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 10, p. 1-2, out. 2022.

CHEN, Yu; LIU, Qianyun; GUO, Deyin. Emerging coronaviruses: genome structure, replication, and pathogenesis. **Journal Of Medical Virology**, New York, v. 92, n. 4, p. 418-423, fev. 2020.

CORREIA, Daniele *et al.* Auxílio emergencial no contexto de pandemia da COVID-19. **Jmphc | Journal Of Management & Primary Health Care | Issn 2179-6750**, [S.L.], v. 12, n. 7, p. 1-9, out. 2020.

CORRÊA, Paulo Roberto Lopes *et al.* A importância da vigilância de casos e óbitos e a epidemia da Covid-19 em Belo Horizonte, 2020. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 1-12, out. 2020.

COUTO, Marcia Thereza; BARBIERI, Carolina Luisa Alves; MATOS, Camila Carvalho de Souza Amorim. Considerações sobre o impacto da covid-19 na relação indivíduo-sociedade: da hesitação vacinal ao clamor por uma vacina. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 1-11, nov. 2021.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**. São Paulo: Brasiliense, 1957.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (Embrapa). **Brasil é o quarto maior produtor de grãos e o maior exportador de carne bovina do mundo, diz estudo**. Brasília, DF: Embrapa, 10 dez. 2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/62619259/brasil-eo-quarto-maior-produtor-de-graos-eo-maior-exportador-de-carne-bovina-do-mundo-diz-estudo#:~:text=>

FARÍAS-ANTÚNEZ, Simone *et al.* Food insecurity among families with infants born during the COVID-19 pandemic in Fortaleza, Northeast Brazil. **Journal Of Health, Population And Nutrition**, London, v. 42, n. 1, p. 1-9, mar. 2023.

FREITAS, A. P. ; SOARES, F. E. C; MONTEIRO, L. A. **Análise de fatores relacionados com a segurança alimentar junto a mulheres associadas da AMPAFOZ, Magazão Amapá**. 2022. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, Universidade Federal do Amapá, Mazagão, 2022.

FREITAS, Gabriela Leão Toribio; SANTOS, Jucilene da Conceição; JACINTO, Pablo Mateus dos Santos. INSERTION OF BLACK WOMEN IN THE WORLD OF WORK: a literature review. **Zenodo**, [S.L.], v. 9, n. 26, p. 1-19, fev. 2022.

HOLDEN, Kisha B. *et al.* Psychosocial and Sociocultural Correlates of Depressive Symptoms Among Diverse African American Women. **Journal Of The National Medical Association**, New York, v. 104, n. 11-12, p. 493-504, nov. 2012.

HOMANN, Diogo *et al.* Percepção de estresse e sintomas depressivos: funcionalidade e impacto na qualidade de vida em mulheres com fibromialgia. **Revista Brasileira de Reumatologia**, São Paulo, v. 52, n. 3, p. 324-330, mai 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD 2004: **suplemento de segurança alimentar**. Rio de Janeiro: IBGE; 2006.

JAIME, Patricia Constante. Pandemia de COVID19: implicações para (in)segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 2504-2504, jul. 2020.

LIMA, Meiriany Arruda; RODRIGUES, Robson de Sousa; DELDUQUE, Maria Célia. Vacinação contra a Covid-19: avanços no setor da saúde no Brasil. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 48-63, mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Mulheres no centro da luta contra a crise COVID-19**. Paris: OCDE, 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/women-at-the-core-of-the-fight-against-covid-19-crisis-553a8269/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

MANFRINATO, Catarina V *et al.* High prevalence of food insecurity, the adverse impact of COVID-19 in Brazilian favela. **Public Health Nutrition**, Oxford, v. 24, n. 6, p. 1210-1215, dez. 2020.

MEIRELLES, Beatriz Brandão; BURGOS, Marcelo Tadeu Baumann; TELLES, Sarah da Silva. Redes de solidariedade em favelas e periferias no contexto da covid-19. **Desigualdade e Diversidade**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 20, p. 1-9, nov. 2021.

MELITO, Leandro. Bolsonaro promove desmonte das políticas de segurança alimentar. **Brasil de Fato**, [s. l.], 4 fev. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/04/bolsonaro-promove-desmonte-das-politicas-de-seguranca-alimentar>. Acesso em: 4 fev. 2023.

MIRANDA, Jéssica Steffany; FERREIRA, Maria de Lourdes da Silva Marques; CORRENTE, José Eduardo. Qualidade de vida em mulheres no climatério atendidas na Atenção Primária. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 67, n. 5, p. 803-809, out. 2014.

MOURA, Eryl Catarina *et al.* Covid-19: evolução temporal e imunização nas três ondas epidemiológicas, brasil, 2020-2022. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 56, n. 3, p. 105-106, nov. 2022.

MOURA, Lucas de Almeida; FERREIRA, Assel Muratovna Shigayeva; ALVES, Igor Mikhail Marcelino. Implicações da pandemia de COVID-19 para o agravamento da insegurança alimentar no Brasil. **Research, Society And Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 12, p. 1-10, 12 set. 2021.

NATARELLI, Talita Vanessa Penariol; GOMES, João Raul Penariol Fernandes. Direito em tempos de cólera: reflexões sobre a pandemia de covid-19: pandemia

da fome: reflexões sobre o direito social à alimentação e a descontinuidade das políticas públicas de combate à insegurança alimentar no Brasil. **Hipótese Editora**, Rio Bonito, v. 3, n. 2, p. 1- 12, out. 2022.

NERI, Marcelo. **Insegurança Alimentar no Brasil: pandemia, tendências e comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2022. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-Inseguranca-Alimentar-no-Brasil_Marcelo-Neri_FGV-Social.pdf . Acesso em: 23 maio 2023.

NEVES, José Anael *et al.* Unemployment, poverty, and hunger in Brazil in Covid-19 pandemic times. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 34, n. 5, p. 1-7, nov. 2021.

OLIVEIRA, Elizabete Regina Araújo de *et al.* Gênero e qualidade de vida percebida: estudo com professores da área de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 741-747, mar. 2012.

OLIVEIRA, Francisco Adaylson Abreu; CARVALHO, Fabrício Arão Freire. Extinção do CONSEA ou instituição do “descontrole social” na Política Nacional de Alimentação Escolar? **Jornal de Políticas Educacionais**, Paraná, v. 14, n. 15, p. 1-20, mar. 2020.

PEREIRA, Mara Dantas *et al.* A pandemia de COVID-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento: uma revisão integrativa. **Research, Society And Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 7, p. 1-31, jun. 2020.

PIOSIADLO, Laura Christina Macedo; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da; GESSNER, Rafaela. Subordination of gender: reflecting on the vulnerability to domestic violence against women. **Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 728-733, out. 2011.

SANTOS, Sandra Maria Chaves dos *et al.* Avanços e desafios nos 20 anos da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 1-18, nov. 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Portal sobre Determinantes Sociais da Saúde (DSS). **Saúde em todas as políticas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2020. Disponível em: <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/glossary/saude-em-todas-as-politicas/>. Acesso em: 7 mar. 2023.

SCHALL, Brunah; GONÇALVES, Flora Rodrigues; VALENTE, Polyana Aparecida; ROCHA, Mariela; CHAVES, Bráulio Silva; PORTO, Paloma; MOREIRA, Agda Marina; PIMENTA, Denise Nacif. Gênero e Insegurança alimentar na pandemia de COVID-19 no Brasil: a fome na voz das mulheres. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 11, p. 4145-4154, nov. 2022.

SCHMIDT, Beatriz *et al.* Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estudos de Psicologia (Campinas)**, Campinas, v. 37, n. 3, p. 1-13, dez. 2020.

SILVA-NETO, Luiz Gonzaga Ribeiro *et al.* Avaliação da insegurança alimentar no contexto da COVID-19: associação com o auxílio emergencial e recebimento de doação de alimentos na população em vulnerabilidade social de uma capital do nordeste do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 721-730, mar. 2023.

SILVEIRA, Isabela Martins; SILVA, Rônia Kreyce dos Santos; ALMEIDA, Simone Gonçalves de. **Segurança alimentar e nutricional em tempos de Covid-19: uma revisão bibliográfica**. 2021. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Nutrição, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2021.

SOUSA, Luna Rezende Machado de; DITTERICH, Rafael Gomes; MELGAR-QUINÓNEZ, Hugo. A pandemia de Covid-19 e seus entrelaçamentos com desigualdade de gênero, insegurança alimentar e apoio social na América Latina. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 1-13, nov. 2021.

SOUZA, Bruna Fernanda do Nascimento Jacinto de *et al.* (In)segurança alimentar no Brasil no pré e pós pandemia da COVID-19: reflexões e perspectivas. **Interamerican Journal Of Medicine And Health**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 1-10, fev. 2021.

XAVIER, Henrique Viana *et al.* Avaliação da percepção dos familiares de acadêmicos de medicina, em relação a necessidade e a importância da vacinação contra a COVID-19. **Research, Society And Development**, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 7, p. 1-7, mai. 2022.